

José Manuel Sérvelo Correia

Sócio Fundador

sc@servulo.com

Assistente Pessoal: Ana Maria Abrantes

(+351) 210 933 000

ama@servulo.com

<https://www.servulo.com>



PERFIL

Sócio fundador da **SÉRVULO**, desde 1999, e Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, desenvolveu a sua atividade em torno das áreas de Direito Público e Contencioso e Arbitragem. É membro fundador do Grupo Europeu de Direito Público. Em 2015, recebeu o Doutoramento *Honoris Causa* em Direito pela Universidade de Atenas. Membro do *Board of Trustees* da *European Law and Governance School*. Foi nomeado Professor Catedrático em 2006. Concluiu as provas de agregação em 2005. Doutor em Direito pela Universidade de Lisboa, em 1987. Concluiu em 1968 o Curso Complementar de Ciências Político-Económicas (equivalente ao mestrado), pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na qual se licenciou em 1959. É membro do painel de árbitros do Tribunal Permanente de Arbitragem (Haia) desde 2005. Foi juiz *ad hoc* no Tribunal Internacional do Direito do Mar entre 2011 e 2014. Foi membro do Conselho Superior da Ordem dos Advogados entre 2005 e 2007. Foi diretor dos Serviços Jurídicos e consultor jurídico da Administração do Grupo Entreposto de 1979 a 1995. Foi membro da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, com participação no respetivo Plenário e nas Comissões de Questões Sociais e de População, Refugiados e Migração, entre 1977 e 1979. Entre 1976 e 1979, foi deputado à Assembleia da República, Vice-Presidente de um Grupo Parlamentar e Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde e Segurança Social. Em 1976, foi Secretário de Estado da Emigração, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no VI Governo Provisório. Foi advogado dos Serviços Jurídicos do Banco de Portugal entre 1972 e 1976 e em 1979. Inscrito na Ordem dos Advogados desde 1962.

EXPERIÊNCIA RELEVANTE

Vasta experiência enquanto advogado e jurisconsulto em temas de direito administrativo, regulação e



contratação pública.

Atua regularmente como árbitro e em matérias de Direito Público e Direito Comercial.

EXPERTISE

- Arbitragem
- Público

ÚLTIMOS RECONHECIMENTOS

Best Lawyers 2026

Administrative Law - TIER Recommended

Arbitration and Mediation - TIER Recommended

Constitutional Law - TIER Recommended

Best Lawyers 2025

Administrative Law - TIER Recommended

Arbitration and Mediation - TIER Recommended

Constitutional Law - TIER Recommended

International Arbitration - TIER Recommended

Public Law - TIER Recommended

Best Lawyers 2024

Administrative Law - TIER Recommended

Arbitration and Mediation - TIER Recommended

Constitutional Law - TIER Recommended

International Arbitration - TIER Recommended

Public Law - TIER Lawyer of the Year



Best Lawyers 2023

Administrative Law - TIER Recommended

Public Law - TIER Recommended

Arbitration and Mediation - TIER Recommended

Constitutional Law - TIER Recommended

International Arbitration - TIER Recommended

Chambers Europe 2025

Public Law - TIER Senior Statespeople

Founding partner José Manuel Sérvulo Correia is highly regarded by interviewees, who consider him a figure of reference in the public law sector. He is an expert in regulatory matters and arbitration proceedings.

Chambers Europe 2024

Public Law - TIER Senior Statespeople

Founding partner José Manuel Sérvulo Correia is highly regarded by interviewees, who consider him a figure of reference in the public law sector.

Chambers Europe 2023

Public Law - TIER Senior Statespeople

José Manuel Sérvulo Correia has an incredible reputation.

Legal 500 2025

Public Law - TIER Hall of Fame

With over 50 years of experience, founding partner José Manuel Sérvulo Correia is an authority in the Portuguese public law market.

Legal 500 2024

Public Law - TIER Hall of Fame

They are supported by José Manuel Sérvulo Correia, distinguished for drafting legal opinions and arbitration.

Legal 500 2023

Public Law - TIER Hall of Fame

Key practitioners include founding partner José Manuel Sérvulo Correia.



LIVROS E ARTIGOS CIENTÍFICOS

2024

Comentários à Legislação Processual Administrativa Volume I e II - 6.ª Edição

2024 | in AAFDL

2023

A interpretação dos contratos administrativos

2023 | in Estudos em Homenagem à Professora Doutora Maria da Glória Garcia, Vol. II

Um Capítulo de um Curso de Direitos Reais de Adelino da Palma Carlos (1958)

2023

2022

Inobservância de impedimento e perda de mandato autárquico

2022 | in Prof. Doutor Augusto Silva Dias In Memoriam Volumes II, AAFDL

Comentários à revisão do Código do Procedimento Administrativo

2022 | Almedina

2021

Introdução à arbitragem administrativa: características e traços distintivos

2021 | in Revista de Direito Administrativo #12

2020

Parecer sobre Segredo Profissional no âmbito das escusas do Acesso ao Direito

2020 | in Revista Ordem dos Advogados, Ano 79

2017

Noções de Direito Administrativo

2017 | Law Press China

2016

O Direito Constitucional das autarquias locais em Portugal

2016 | in Questões Atuais de Direito Local, N.º 11, Julho/Setembro 2016, Lisboa: ADERC (associação de Estudos



de Direito Regional e Local), pp. 7-30

A Conferência Procedimental: Fontes e Opções

2016 | in Liber Amicorum Fausto de Quadros, Volume II, Lisboa: Almedina

Comentários à revisão do Código do Procedimento Administrativo

2016 | Coimbra, Edições Almedina (em coautoria com Fausto de Quadros, Rui Chancerelle de Machete, José Carlos Vieira de Andrade, Maria da Glória Dias Garcia, Mário Aroso de Almeida, António Políbio Henriques, Jos&

O direito administrativo atual: Traço identitários

2016 | in Estudos em Homenagem ao Conselheiro Presidente Rui Moura Ramos, Vol. II, Coimbra: Edições Almedina

2015

A Representação das Pessoas Coletivas Públicas na Arbitragem Administrativa

2015 | Estudos de Direito da Arbitragem em Homenagem a Mário Raposo, Universidade Católica Editora

Caderno Sérvulo de Direito Público I

2015 | in Sérvulo e Associados, Lisboa

O direito administrativo ao longo das últimas décadas

2015 | in Estudos em Homenagem a Rui Machete, Coimbra, Edições Almedina

Droit constitutionnel des collectivités territoriales au Portugal

2015 | Le Droit Constitutionnel des Collectivités Territoriales, Berger-Levrault

2014

A Arbitragem dos Litígios entre Particulares e a Administração Pública sobre situações regidas pelo Direito Administrativo

2014 | in in Estudos em Memória do Conselheiro Artur Maurício, Coimbra: Coimbra Editora

Da ação administrativa especial à nova ação administrativa

2014 | in in Cadernos de Justiça Administrativa, 106, Braga: CEJUR, pp. 49-60

2012

Arbitragem internacional com Estados na nova lei de Arbitragem Voluntária

2012 | in in Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação, N.º 5 (2012), Coimbra: Edições Almedina, pp. 99-119

Margem de livre decisão, equidade e preenchimento de lacunas: as afinidades e os seus limites

2012 | in in Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles, Volume I, Coimbra: Edições Almedina

2011

Le Contentieux des contrats publics en Europe

2011 | in RFDA - Revue Française de Droit Administratif, Dalloz

A resolução dos litígios sobre investimento estrangeiro em direito arbitral comparado

2011 | Em Homenagem ao Prof- Doutor Martim de Albuquerque, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora

Administrative Due of Fair Process: Different Paths in the Evolutionary Formation of a Global Principle and a Global Right

2011 | Values in Global Administrative Law, Hart Publishing, Oxford/ Portland, 2011

The effectiveness and limitations of the Portuguese system of competition law enforcement by administrative and civil procedural means

2011 | Competition Law and Economics - Advances in the Competition Policy Enforcement in the EU and North America, EE - Edward Elgar

Aquisição de Empresas - Prefácio

2011 | Aquisição de Empresas, Coimbra Editora/Sérvulo

O Futuro do Regionalismo Político

2011 | in Açores: uma reflexão jurídica, Coimbra Editora/ Sérvulo, pp. 45-65

Contencioso administrativo e responsabilidade democrática da administração

2011 | in in Estudos em Memória do Prof. Doutor J. L. Saldanha Sanches, Volume I, Coimbra: Coimbra Editora

2010

Direito da Concorrência e Ordens Profissionais

2010 | Coimbra Editora/ Sérvulo

Devido procedimento equitativo e vinculação de serviços públicos delegados no Brasil - Prefácio

2010 | Devido procedimento equitativo e vinculação de serviços públicos delegados no Brasil, Editora Fórum

Revisitando o Estado de Necessidade

2010 | Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Freitas do Amaral, Coimbra, Edições Almedina

Alteração de Circunstâncias e Modificação de Propostas em Procedimentos de Contratação Pública

2010 | in Estudos de Contratação Pública III, CEDIPRE, Coimbra Editora, Lisboa

Le contentieux des Contrats Publics - Portugal

2010

2009

O regime da responsabilidade por erros e omissões do projecto nas empreitadas de concepção/



construção em face do Código dos Contratos Públicos

2009 | Revista da Ordem dos Advogados, Ano 69, III/IV, Lisboa, Jul-Set. - Out.-Dez.2009

2008

Conceitos Jurídicos Indeterminados e Âmbito do Controlo Jurisdicional

2008 | Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 70, Julho/Agosto , Minho, CEJUR-Centro de Estudos Jurídicos do Minho

2006

Autoridade da Concorrência e Ordens Profissionais

2006 | Boletim da Ordem dos Advogados, N.º 43

O Direito de Manifestação - Âmbito de Protecção e Restrições

2006 | Coimbra, Edições Almedina

A execução das sentenças proferidas em recurso contencioso pelo Tribunal Administrativo de Moçambique

2006 | Homenagem ao Prof. Doutor André Gonçalves Pereira, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora

O Incumprimento do Dever de Decidir

2006 | Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Prof. Doutor António de Sousa Franco, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora

Inexistência e Insuficiência de Notificação do Acto Administrativo

2006 | Homenagem ao Professor Doutor Marcello Caetano, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora

Judicial Resolution of Administrative Disputes (Administrative Procedure in Portugal)

2006 | Direito Comparado - Perspectivas Luso-Americanas Vol. I, Fundação Luso-Americana, Coimbra, Edições Almedina

2005

O incumprimento do dever de decidir

2005 | Cadernos de Justiça Administrativa, N.º 54 Novembro/Dezembro, Coimbra, Edições Almedina

Judicial Resolution Of Administrative Disputes (Administrative Procedure In Portugal)

2005 | Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa

Direito do Contencioso Administrativo I

2005 | Lisboa, LEX



Elementos de estudo de Direito Administrativo - Exercícios práticos, testes, exames finais e jurisprudência administrativa

2005 | Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa

2003

Defesa do domínio público

2003 | in in Francisco Salgado Zenha: Liber Amicorum, Coimbra: Coimbra Editora

2002

Acto administrativo e âmbito da jurisdição administrativa

2002 | Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Rogério Soares, Universidade de Coimbra, Coimbra Editora, pp. 1155-1188

Estudos de Direito Processual Administrativo

2002 | Lex

Restrições aos poderes do Governo em matéria de reconhecimento e de alteração dos estatutos das fundações de direito privado

2002 | Revista da Ordem dos Advogados, Lisboa, Edição de Abril de 2012, Ano 62, pp. 347-382

2001

A reforma do contencioso administrativo e as funções do Ministério Público

2001 | Estudos em Homenagem a Cunha Rodrigues, Coimbra Editora

Les limites au pouvoir d'injonction du juge administratif portugais

2001 | Les droits individuels et le juge en Europe - Mélanges en l'honneur de Michel Fromont, Strasbourg, Presses Universitaires, pp. 175-196

Determinação do valor do prémio e do momento da sua atribuição em empreitadas de obras públicas

2001 | Obras públicas - Do pagamento do prémio pela conclusão antecipada da empreitada, Lisboa, Azeredo Perdigão Advogados

2000

Droit Administratif et Subsidiarité - Portugal

2000 | Bruxelles, Bruylant, pp. 231-246

Unidade ou pluralidade de meios processuais principais no contencioso administrativo

2000 | Cadernos de Justiça Administrativa, N.º 22, Julho/Augosto

Towards a Unified Judicial Protection of Citizens in Europe (?)| Vers une protection juridictionnelle commune des citoyens en Europe (?) - Portugal



2000 | in European Public Law Series | Bibliothèque de Droit Publique Européen, Volume XIII, London: Esperia Publications Ltd, pp. 527 - 646

1998

Les régimes électoraux des pays de l'Union Européenne - Portugal

1998 | Les Régimes Électoraux des Pays de l'Union Européenne, European Public Law Series, Bibliothèque de Droit Public Européen, London, Esperia Publications Ltd

Considérations sur l'interchangeabilité entre acte administratif et contrat administratif dans le droit portugais

1998 | Revue Européenne de Droit Public, vol 10, n.º 2, Londres, Esperia Publications Ltd

1996

La protection des créanciers de l'Etat - Rapport portugais

1996 | Les garanties de financement, Journées Portugaises, Tome XLVII/1996, Travaux de l'Association Henri Capitant, France, L.G.D.J.

As relações jurídicas de prestação de cuidados pelas unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde", in

1996 | Direito da Saúde e Bioética, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, (em coautoria com António Marques dos Santos e outros)

Portugals Stellung zur Frage der Statenimmunität

1996 | Archiv des Völkerrechts, Frankfurt, Mohr Siebeck Verlag

1994

O direito à informação e os direitos de participação dos particulares no procedimento e, em especial, na formação da decisão administrativa

1994 | Estudos sobre o Código do Procedimento Administrativo, Cadernos de Ciência e Legislação, N.º 9/10, Janeiro - Junho, INA

1993

Separation of powers and judicial review of administrative decisions in Portugal

1993 | Control in Constitutional Law, Martinus Nijhoff Publishers

1991

Introdução ao Direito da Saúde

1991 | Direito da Saúde e Bioética, Lisboa, Lex Edições Jurídicas

**1987**

Legalidade e autonomia contratual nos contratos administrativos

1987 | Coimbra, Edições Almedina

1986

Interpretação administrativa das leis

1986 | A feitura das leis - Como fazer leis II, Lisboa, INA Instituto Nacional de Administração

1982

Noções de Direito Administrativo

1982 | Lisboa, Editora Danúbio Lda.